

presença de Costa Pinto nessa dissidência explica-se, em primeiro lugar, por seu pessimismo diante da modernização. Focando o pólo tradicional da sociedade brasileira, o autor teria explicitado o conflito inerente às transformações em curso mediante a noção de “marginalidade estrutural”. O conceito indicaria a recusa pelo autor duma concepção de história evolucionista, flagrando a complexidade do mundo social e a “existência de condutas sociais orientadas por diferentes ordens sociais fundadas no convívio de diferentes temporalidades”. Teria, além disso, se engajado por uma sociologia crítica, empenhada nas possibilidades de superação dos desencontros gerados na situação de mudança espontânea do mundo social.

Enfim, nos capítulos finais de seu livro Gláucia Villas Bôas trata de aspectos das obras de Evaristo de Moraes Filho e Maria Isaura Pereira de Queiroz com a mesma clareza e profundidade com que analisou a “geração de mannheimianos”. A consagração mais tímida de ambos teve, segundo a autora, relação com a ênfase em temas e abordagens distanciados dos padrões legitimados pela “sociologia dos anos de 1950”.

A exemplo deste último argumento, a análise desenvolvida pela autora é plena de intuições interpretativas, que contribuem fortemente para o adensamento crítico das abordagens sociológicas recentes sobre o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil.

LUIZ CARLOS JACKSON é professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

Senso comum e trabalho intelectual

Renato ORTIZ. *Mundialização: saberes e crenças*. São Paulo, Brasiliense, 2006. 211 páginas.

Lucia Lippi Oliveira

A melhor apresentação de *Mundialização: saberes e crenças* é feita pelo autor na introdução do livro. Ali ele indica suas questões e preocupações, fornecendo as razões do exame de temas específicos tratados ao longo dos capítulos. Renato Ortiz segue pontuando os significados assumidos pela globalização, ou, como ele gosta de dizer, pela mundialização. Sua questão básica pode ser assim resumida: quais são as mudanças necessárias no pensamento para que seja possível a compreensão do novo?

“Acertar o relógio” da discussão intelectual tem sido o empreendimento prioritário de Ortiz. *Cultura brasileira & identidade nacional* (1985), *A moderna tradição brasileira* (1988), *Mundialização e cultura* (1994) e agora este *Mundialização: saberes e crenças* (2006), entre outros livros, fazem parte deste longo trajeto do autor, ocupado em discutir o processo de mudança cultural ocorrido no Brasil, ainda que em alguns textos ele esteja discutindo a Europa, os Estados Unidos, o Japão, enfim, o mundo. Tomando autores que produziram obras seminais, fazendo uso da melhor tradição sociológica, Ortiz aponta questões que passaram quase despercebidas pelo debate intelectual acadêmico, como já tinha feito ao mostrar a consolidação de uma indústria cultural nos anos de 1960 e 1970.

O autor passeia pelos clássicos da sociologia e ainda acompanha textos contemporâneos no campo do *marketing* e da administração, como no capítulo onde menciona a *Havard Business Review* como lugar privilegiado para a elaboração das crenças sobre a globalização.

No livro aqui resenhado Ortiz trata também de tema clássico, como a religião, que não é novo, mas apresenta uma nova feição no mundo globalizado e, portanto, necessita de nova compreensão. A religião deixa de ser concebida como dimensão da vida privada – agora religião e esfera

pública não são nem podem mais ser tratadas como pares excludentes (p. 126).

Ortiz não recusa um novo tema, não foge do debate e das interpretações divulgadas pelo mundo afora. Ele apresenta as configurações assumidas pelo “senso comum”, aponta suas discordâncias, indicando em que ponto ou questão o autor da interpretação estaria incorrendo em equívocos teóricos e/ou filosóficos, e abre a seguir uma nova hipótese explicativa. O capítulo “A supremacia do inglês e as ciências sociais” é primoroso. Se tivesse que indicar apenas um capítulo a ser lido, seria exatamente este.

A premissa central é que o processo de globalização não é sinônimo de homogeneização, ou seja, não implica a eliminação da diversidade. Com isso em mente, Ortiz discute a supremacia do inglês no mundo. Anota que a dispersão do inglês foi examinada, nos anos de 1980 e início da década seguinte, primeiro nos domínios da publicidade e da administração de empresas. E, esclarece: as ciências sociais davam pouca atenção à globalização. A seguir, foram os lingüistas que trataram do assunto e adotaram o difusionismo como explicação-chave para interpretar a presença do inglês em todo o mundo.

Para Ortiz, o fenômeno da globalização é distinto do da internacionalização, daí fazer pouco sentido falar de centralidade difusora: “no contexto da globalização ele [o inglês] deixa de ser estrangeiro, algo que se impõe de fora, para constituir-se num idioma interno, autóctone à condição da modernidade-mundo” (p. 25). A língua inglesa transforma-se em parte estruturante de algo que a transcende, passa a ser expressão de um imaginário coletivo mundial. E, ao torna-se mundial, liberta-se de seu enraizamento anterior para se territorializar novamente no espaço da modernidade-mundo, torna-se um artefato a ser legitimamente “deformado” pelos falantes de uma mesma galáxia (p. 27).

A partir daí Ortiz discute a facilidade da aceitação do inglês como língua da ciência (discurso da informação) e as dificuldades particulares da aceitação do idioma nas ciências sociais, muito mais amarradas aos contextos, mais enraizadas ao solo. “Neste caso, o inglês não pode funcionar como língua franca, não por uma questão de princípio, ou de orgulho nacional,

mas devido à própria natureza do saber construído” (p. 35).

Mas então, se o inglês não funciona como língua franca nas ciências sociais, como explicar sua presença dominante? A hipótese do autor é que o inglês adquiriu a capacidade de “pautar” o debate em escala global, tornando-se a língua de um “conjunto de representações mundializadas” que passam a ser aceitas como válidas. Basta ver como estudos culturais ou multiculturalismo, por exemplo, deixam de ser pensados em relação ao contexto em que foram gestados e passam a ser considerados como se fossem “universais” (p. 40).

Volto ao ponto que me parece central ao autor. Transformações profundas incidem na forma de pensar e compreender o mundo ou, dito de outra forma, a reorientação do debate é uma exigência da situação de globalização, é “um imperativo categórico do nosso tempo”, afirma Ortiz.

Junto com as análises sobre saberes e crenças, o autor passa a refletir sobre as ciências sociais, quer pontuando suas diferenças com as ciências da natureza, quer as distinguindo do “senso comum”. Sua compreensão do significado de “senso comum” é fundamental. Diz ele: “O senso comum não duvida de si mesmo [...]. Mas é a sua certeza que incomoda, pois limita a inquietação intelectual ao círculo da experiência imediata [...] como se entre as categorias de pensamento e o mundo existisse uma transparência, uma coincidência de intenções” (p. 45). Por outro lado, “penso [...] que o senso comum possui também coerência e abrangência consideráveis, ele é uma forma de ‘filosofia’, e enquanto visão de mundo consegue muitas vezes organizar o entendimento das coisas no seio de sua intenção totalizadora” (pp. 45-46). O senso comum produz, portanto, explicações do mundo que, até recentemente, funcionavam no espaço da nação, definida por uma população que compartilha as mesmas categorias de pensamento (ou seja, o mesmo senso comum), difundidas principalmente pela escola e a família.

Hoje é preciso discutir como está se formando um novo senso comum planetário, questionar suas verdades, seu estatuto de algo inconteste. E é justamente isto que Ortiz faz ao longo do seu livro.

A seguir, menciono alguns eixos relacionados ao questionamento e ao tipo de argumentação usada pelo autor:

- Renato Ortiz insiste em indicar em seus trabalhos a diferença entre o processo de globalização econômica e tecnológica e o movimento de mundialização da cultura. Concorda que há correspondência entre os níveis econômicos, tecnológico e cultural, mas isto não significa homologia (p. 73). A economia e a cultura estão mais globalizadas do que a política, já que esta requer mecanismos e instituições para sua ação.
- A globalização redefine os parâmetros da discussão; ela modifica a universalidade dos valores políticos, que, por sua vez, tinham preterido a universalidade das religiões.
- A complexidade da situação no mundo faz com que os cânones, os conceitos utilizados para interpretar as mudanças, sejam enganadores e equivocados.
- Para dar conta da nova situação é necessário perguntar: “De que lugar pensamos a globalização?”, como o fez Jesús Martín-Barbero, entre outros latino-americanos que, da mesma forma que Ortiz, têm discutido essas questões. Para o leitor interessado no tema da globalização, minha sugestão é ler também o livro de Néstor García Canclini, *A globalização imaginada* (São Paulo, Iluminuras, 2003).
- A mundialização redefine a noção de espaço, isto é, o que se entende por local e nacional se altera.
- Entre as várias aproximações de globalização, destaco: “Trata-se de um processo social que atravessa os lugares de maneira diferenciada e desigual. Sua lógica não se explicita através do Estado-nação, daí falarmos em sociedade global, *world system*, modernidade-mundo” (p. 119).
- As mudanças desafiam-nos a pensar novos temas, mas também a rever objetos tradicionais.
- Para examinar o “mundo contemporâneo é preciso temperar o cosmopolitismo com a história, e tornar visível tudo que se encontra implícito no ‘a partir de’” (p. 106).

Renato Ortiz faz uma análise cerrada das interpretações de senso comum sobre o mundo

contemporâneo; discute também as categorias e os cânones usados pelas ciências sociais na interpretação deste mundo. Trata-se de um sociólogo que, em sua atividade intelectual, procura desnaturalizar os saberes e as crenças, questionando o “senso comum”. Diria que pertence à categoria dos Sociólogos, com letra maiúscula. São aqueles que detêm uma enorme erudição acionada para ajudar a interpretar as questões do presente. São aqueles cujos textos, mesmo que discordemos deste ou daquele ponto, ao final dão a sensação de que aprendemos muito. Aqueles que renovam o prazer do trabalho intelectual.

**LUCIA LIPPI OLIVEIRA é socióloga,
pesquisadora e professora do CPDOC/FGV.**